

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 23079.201179/2021-45

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para eventual contratação de serviços de empresa especializada na embalagem, remoção, transporte e tratamento de resíduos químicos dos laboratórios de diversas Unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ para fins de proceder à adequada destinação final em acordo com a legislação vigente no país, segundo condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD. ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14265	Serviço de embalagem, remoção, transporte, tratamento e destinação final adequada, por empresa especializada, de aproximadamente quilos de resíduos químicos gerados pelos laboratórios das diversas Unidades da UFRJ	KG	84.000	R\$ 9,34	R\$ 784.560,00

1.1.1. Tabela de demanda por UASG

153115	MEC-UFRJ-UNIVERSID.FED.DO RIO DE JANEIRO	83.500
155766	Campus UFRJ-Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade	500
		84.000

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.1.2. Celebrar-se-á contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93;
- 5.1.3.
- 5.1.4. O Contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº. 8.666/93;
- 5.1.5.
- 5.1.6. Exigir-se-á a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro- garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério desta Administração;
- 5.1.7.
- 5.1.8. Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custos e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da Contratada empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 5.1.9.
- 5.1.10. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e Ampla Defesa;
- 5.1.11.
- 5.1.12. Adotar-se-á como critério de julgamento o de menor preço global dos serviços;
- 5.1.13.
- 5.1.14. Para a Contratada não haverá necessidade de transição contratual;
- 5.1.15.
- 5.1.16. Deverá ser solicitada Declaração do licitante de que tem pleno conhecimentos das condições necessárias para a prestação do serviço;
- 5.1.17.
- 5.1.18. A Contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato uniformes de acordo com a atividade a ser desempenhada nesta Administração, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo ao empregado;
- 5.1.19.
- 5.1.20. A Contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme prevê o § 1º do art.65 da Lei 8.666/93;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

5.1.21.

5.1.22. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato;

5.1.23.

5.1.24. O serviço é considerado como contínuo no âmbito da Universidade pois está relacionado com a atividade finalística de instituição e sua interrupção causará danos à Instituição e ao corpo social da Universidade. Este entendimento é o consolidado no âmbito do TCU, conforme se pode verificar a partir de trecho do Voto do Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara:

“Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional”.

5.1.25. Requisitos da Contratada

5.1.25.1. Para atender os objetivos da contratação, a empresa contratada deverá:

5.1.25.2. Manter registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, ou no Conselho Regional de Química - CRQ ou no Conselho Regional de Biologia –CRBio do profissional alocado pela CONTRATANTE como responsável técnico, comprovando a vinculação profissional permanente do referido profissional com a CONTRATANTE, em atendimento o artigo 17 da Resolução CONFEA nº. 218/73, a Resolução CONFEA nº. 218/73 e a Resolução Normativa CRQ n. 36/74;

5.1.25.3. Possuir Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado demonstrando que a empresa prestou serviços compatíveis, contendo a identificação desta Contratante e do signatário, a descrição detalhada dos serviços prestados, além das quantidades, prazos e valores relacionados, em atendimento ao artigo 30, § 1º, da Lei 8.666/93;

5.1.25.4. Possuir Cadastro Técnico Federal expedido pelo IBAMA que comprove a autorização para transporte, tratamento e destinação de resíduos perigosos, em atendimento a Instrução Normativa 10, de 27 de maio de 2013 do IBAMA;

5.1.25.5. Possuir Licença de Operação expedida pelo INEA para o manuseio, classificação, acondicionamento e processamento de resíduos químicos, atendendo ao Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM), instituído pelo Decreto Estadual nº 42.159, de 2 de dezembro de 2009, e alterado pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 2 de junho de 2014;

5.1.25.6. Possuir Licença de Funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal, relacionada a atividades com produtos químicos controlados, em atendimento a Lei 10.357 de 27 de dezembro de 2001 em seu artigo 5º e a Portaria do Ministério da Justiça 1.274 , de 25 de agosto de 2003 art. 2º, § 1º ;

5.1.25.7. Possuir Certificado de Funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros relacionado ao Tratamento e disposição de resíduos perigosos, em atendimento ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (CoSCIP) que é estabelecido pelo Decreto nº 897 de 21 de setembro de 1976 e legislações complementares.

5.1.25.8. A contratada deve possuir cadastro no sistema da Polícia Federal a fim de realizar o transporte e a destinação ou a destruição dos resíduos controlados atendendo as orientações da Portaria nº 240/2019.

5.1.25.9. A contratada deverá apresentar todos os procedimentos para o descarte de produtos controlados pelo Exército Brasileiro.

5.1.25.10. Deverá ser providenciada pela Empresa a ser CONTRATADA, durante toda a execução dos serviços, a adequada proteção dos operários, fornecendo os Equipamentos de proteção Individual -

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EPI, que são de uso obrigatório, conforme determina a Norma Regulamentadora - NR 06, do Ministério do Trabalho e Emprego. Os EPI compõem-se de todos os dispositivos de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinados à proteção da saúde e da integridade física dos trabalhadores.

5.1.25.11. Apresentar programas preventivistas impostos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, voltados ao controle dos riscos à saúde, à integridade física e psíquica dos empregados e ao ambiente de trabalho em conjunto com o meio ambiente, como:

- 5.1.25.11.1. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- 5.1.25.11.2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- 5.1.25.11.3. Atestados de saúde ocupacional (ASO).

Esses documentos devem ser entregues periodicamente nos casos de renovação (pelo menos uma vez por ano) para a Fiscalização da Contratante.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.1.1. Critérios e práticas de sustentabilidade:

6.1.1.1. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

6.1.1.2. Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;

6.1.1.3. Promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe:

6.1.1.3.1. Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art. 3º, no inciso I do art. 5º, e no inciso XX do art. 7º;

6.1.1.3.2. Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013;

6.1.1.3.3. Artigos 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;

6.1.1.4. Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

6.1.1.4.1. Realizar a separação de resíduos recicláveis descartados pela Administração, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 03/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso;

6.1.1.4.2. Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

6.1.1.4.3. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

6.1.1.4.4. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

6.1.1.5. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.1.1.6. Observar, em especial, a resolução CONAMA nº 20 relativa a equipamentos que gerem ruídos no seu funcionamento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

6.1.1.7. Observar os itens relacionados no Plano de Logística Sustentável da UFRJ disponibilizado através do link <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-logistica-sustentavel/>.

6.2.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
 - 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 8.1.1. Os resíduos químicos para os quais se solicitam os serviços de embalagem, remoção e correta disposição final são oriundos de atividades diretas de ensino e pesquisa, bem como as de apoio, desenvolvidas pelos diversos laboratórios das Unidades da CONTRATANTE.
 - 8.1.2. Os resíduos são constituídos de solventes orgânicos separados ou em mistura; reagentes inorgânicos e orgânicos em estado líquido ou sólido, vencidos e/ou fora de especificação; materiais sólidos de laboratório contaminados com material químico mais nocivo, tais como embalagens de vidro, de plástico; ou metálicas; tubos Eppendorf, filtros, luvas, etc., bem como material biológico contido em produto químico mais nocivo.
 - 8.1.3. Estes resíduos são classificados como perigosos (classe I) de acordo com a norma técnica NBR-10004, pois apresentam características tóxicas, inflamáveis, corrosivas ou reativas.
 - 8.1.4. Será gerada PELA FISCALIZAÇÃO DESIGNADA e encaminhada à Contratada ORDEM DE SERVIÇO conforme modelo constante no ANEXO I do presente termo de referencia. Após o recebimento deste a CONTRATADA terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para a retirada dos resíduos, excetuando-se o caso mencionado no **item 8.1.7.** do presente Termo de Referencia

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 8.1.5. Após a pesagem do material à ser retirado, a fiscalização da CONTRATANTE deverá completar os dados da ORDEM DE SERVIÇO para posterior envio à PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA - PR-6.
- 8.1.6. Em geral, todos os resíduos se encontram acondicionados e identificados em recipientes de vidro (somente em casos extremamente necessários), preferencialmente utilizando recipiente plásticos de polietileno de alta densidade, no qual o resíduo ocupe, no máximo, 70% do volume nominal do recipiente. Alguns desses resíduos podem não possuir identificação precisa de seus componentes ou ainda se apresentarem em mistura, devendo esta ser a mais precisa possível.
- 8.1.7. Em caso de acidentes com derramamento de produtos químicos em laboratórios e/ou dependências de Unidades/ da CONTRATANTE serão necessários os serviços de contenção e remoção dos resíduos gerados, além das operações programadas ao ano, conforme disposto no **item 10.1.15.** Fica estabelecido o limite máximo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento da ORDEM DE SERVIÇO oriunda de casos de URGÊNCIA/EMERGÊNCIA.

8.2. A execução dos serviços será iniciada após emissão da Ordem de Serviço (Anexo do presente instrumento).

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 9.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer, quando necessário, tonéis, bombonas, tambores, caixas para acondicionamento e qualquer outro tipo de material necessário para o correto acondicionamento dos materiais à serem descartados;
- 9.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar balança(s), devidamente aferida(s) para pesagem dos resíduos químicos no estabelecimento da CONTRATANTE no dia agendado para a operação de descarte de rejeitos químicos;
- 9.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para seus funcionários, bem como máscaras protetoras contra vapores tóxicos, sacos de areia, sacos de vermiculite, vassoura anti faísca e pás para o caso de acidente durante a operação, bem como para os casos de urgência/emergência na contenção e remoção de resíduos em caso de derramamento em laboratórios e/ou dependências de Unidades da UFRJ;

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 10.1.1. A demanda da operação de descarte de rejeitos químicos na UFRJ depende do volume de resíduos acumulados nos laboratórios das diversas Unidades, prevendo-se o número de retiradas máximas anuais especificadas no **item 10.1.15.** do presente Termo de Referência. Não estão computados nesses números os casos de urgência/emergência que poderão ser solicitados pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- 10.1.2. A pesagem dos resíduos gerados pelas Unidades participantes deve ser realizada pela CONTRATADA no estabelecimento da CONTRATANTE e na presença do responsável pela fiscalização indicado pela CONTRATANTE. A balança devidamente certificada pelo INMETRO, com lacre visível e intacto. O responsável indicado pela CONTRATANTE procederá a aferição de precisão no local destinado à coleta, antes do início das pesagens dos resíduos na operação de descarte.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 10.1.3. Os resíduos são separados nos laboratórios ou geradores, nos seguintes grupos:
 - 10.1.3.1. grupo de resíduos inorgânicos sólidos ou líquidos (sais, óxidos, ácidos ou bases) – Grupo A;
 - 10.1.3.2. Grupo de resíduos orgânicos sólidos ou líquidos (isentos de halogenados, fosforados ou pesticidas) – Grupo B;
 - 10.1.3.3. Grupo de resíduos orgânicos sólidos ou líquidos (halogenados, fosforados ou pesticidas) – Grupo C;
 - 10.1.3.4. Grupo de misturas identificadas de resíduos de categorias anteriores – Grupo D.
 - 10.1.3.5. Grupo de misturas parcialmente identificadas ou não identificadas- Grupo E
- 10.1.4. A pesagem destes resíduos será processada por Unidade geradora, de forma a quantificar o total gerado pela Unidade, viabilizando a correta confecção do Certificado de Destinação de Resíduos.
- 10.1.5. Os resíduos deverão ser removidos pela CONTRATADA no local estabelecido pela CONTRATANTE, onde os mesmos serão encaminhados para descarte pelas Unidades participantes;
- 10.1.6. A natureza dos resíduos é variável em função das diferentes Unidades em que os mesmos são gerados;
- 10.1.7. As datas para a operação de remoção de rejeitos serão fixadas de acordo com a necessidade, respeitando-se os limites máximos de coletas estimadas ao ano e o valor mínimo de Kg estipulado no presente instrumento;
- 10.1.8. A CONTRATANTE, com a colaboração dos responsáveis pelos laboratórios ou locais geradores de resíduos, deverá avaliar as propriedades químicas dos mesmos de modo a evitar possíveis incompatibilidades, agrupando-os em classes, de acordo com a natureza química, conforme o **item 10.1.3.**
- 10.1.9. A equipe da CONTRATADA deverá ser composta por funcionários em número compatível com a demanda solicitada, sendo ao menos um Técnico Químico ou Engenheiro Químico ou Químico, para verificação da correta classificação dos resíduos encaminhados para descarte. A necessidade de profissional devidamente qualificado atende o artigo 17 da Resolução CONFEA nº. 218/73, a Resolução CONFEA nº. 218/73 e a Resolução Normativa CRQ n. 36/74.
- 10.1.10. O transporte dos resíduos deverá ser efetuado em obediência ao Regulamento de Transporte de Produtos Perigosos, conforme a Resolução ANTT-420/04 e Normas Técnicas da ABNT aplicáveis, utilizando um veículo devidamente sinalizado e equipado, de empresa licenciada pelos órgãos ambientais, de empresa licenciada pelos órgão ambientais e conduzido por motorista habilitado para transporte de cargas perigosas.
- 10.1.11. O transporte dos resíduos deverá ser acompanhado, a todo o momento e durante todo o percurso, por funcionário da CONTRATADA devidamente habilitado para atendimento em situações de emergência.
- 10.1.12. Após a conclusão da operação, deverá ser emitido pela CONTRATADA o Certificado de Destinação de Resíduos para cada Unidade participante da UFRJ.
- 10.1.13. De acordo com as propriedades físicas e químicas, os resíduos deverão ser destinados à incineração, ao coprocessamento, a tratamento físico-químico, ou à disposição em aterro industrial duplamente protegido para resíduos perigosos.
- 10.1.14. A contratação e a execução do serviço de coleta e destinação final de lixo especiais deverá obedecer à legislação vigente, em especial:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações;
- Lei nº 10.520/2002, de 17/07/2002;
- Decreto nº 3.555, de 08/08/2000;
- Decreto nº 10.357, de 27/12/2001;
- Portaria MJ nº 1.274 de 25/08/2003;
- RESOLUÇÃO RDC Nº 306 da ANVISA, de 7/12/2004;
- Lei nº 6.938/81, de 31/08/1981;
- Lei nº 8.078, de 11/09/1990;
- Lei nº 8.213/91, de 24/07/1991;
- Decreto nº 2.271, de 07/07/1997;
- Lei nº 11.644/08, de 11/03/2008;
- Resolução nº 06, de 19/09/1991 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – Dispõe sobre a incineração de resíduos sólidos provenientes de estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos;
- Resolução nº 358, de 29/04/2005 do CONAMA – Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;
- Normas Regulamentadoras aprovadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
- Normas Técnicas da ABNT, referentes ao assunto; e
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, de 23/12/2013 (Altera a Instrução Normativa nº 2, de 30/04/2008, e seus Anexos I, III, IV, V e VII e inclui o Anexo VIII).

10.1.15. Estimativa da demanda (máximos e mínimos) UASG 153115:

Demanda			Retiradas Máximas no Ano	
Unidade	Qtd Anual Estimada (Kg)	Demanda Mínima (kg)	Normais	Emergenciais
Decanato de Centro de Ciências da Saúde - CCS	33.000	800	20	2
Divisão Gráfica	600	200	3	
Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé	32.000	8.000	4	1
Escola de Química	4.000	1.700	2	1
Museu Nacional	1.500	700	3	2
Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE)	4.000	1.500	2	1
Instituto de Química	6.000	2.500	2	1
Instituto de Macromoléculas - IMA	2.400	1.000	2	1
	83.500			

10.1.16. Estimativa da demanda (máximos e mínimos) UASG 155766

Demanda			Retiradas Máximas no Ano	
Unidade	Qtd Anual Estimada (Kg)	Demanda Mínima (kg)	Normais	Emergenciais
Campus UFRJ-Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade	500	200	2	1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

500

10.2. Lista de Responsáveis por Unidade Endereço UASG 153115:

Unidade:	Instituto de Macromoléculas - IMA		
Endereço:	Edifício do Instituto de Macromoléculas, Av. Horácio Macedo, 2030, Bloco J, Centro de Tecnologia		
Responsável	Bruno Passos Costa		
Telefone		E-mail:	brunopassos@ima.ufrj.br

Unidade:	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE		
Endereço:	Rua Moniz Aragão s/nº - Cidade Universitária, Rio de Janeiro – RJ		
Responsável	Rosane Mara Detommazo Muniz		
Telefone		E-mail:	rosane@adc.coppe.ufrj.br

Unidade:	Escola de Química - EQ		
Endereço:	Edifício do Centro de Tecnologia, Bloco E - Cidade Universitária - CEP 21.941-909		
Responsável	Bianca de Souza Manhães Valverde		
Telefone	(21) 3938-7346	E-mail:	bianca@eq.ufrj.br

Unidade:	Instituto de Química - IQ		
Endereço:	Edifício do Centro de Tecnologia, Bloco A - 7º pav Cidade Universitária - CEP 21.941-909 Edifício do LADETEC - Av. Horácio Macedo, 1.281, Cidade Universitária - Ilha do Fundão - CEP 21941-598 Edifício do Polo de Xistoquímica - Rua Hélio de Almeida, 40, CEP: 23066-614 Cidade Universitária - Rio de Janeiro - RJ.		
Responsável	Ricardo Bezerra Coelho		
Telefone		E-mail:	rcoelho@iq.ufrj.br

Unidade:	Divisão Gráfica da UFRJ		
Endereço:	Rua Paulo Emílio Barbosa, s/nº, Cidade Universitária - Ilha do Fundão - CEP 21941-671		
Responsável	Allan de Moraes Barbosa		
Telefone	2590-3341 / 3867-6831 / 3867-6546	E-mail:	grafica@grafica.ufrj.br

Unidade:	Decanato do Centro de Ciências da Saúde		
Endereço:	Edifício do Centro de Ciências da Saúde - Bloco K - 1º andar - sala - Cidade Universitária - CEP 21944-970 - Bloco K		
Responsável	Profa Bianca Ortiz da Silva e Prof Andre Luis de Alcantara Guimaraes		
Telefone	3938-6588	E-mail:	coordenacaodebiosseguranca@ccsdecania.ufrj.br

Unidade:	Museu Nacional		
Endereço:	Quinta da Boa Vista - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ, 20940-040K		
Responsável	Eduardo Martins de Barros		
Telefone		E-mail:	npa@mn.ufrj.br

Unidade:	Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé		
Endereço:	Polo Universitário - localizado na Av. Aluizio da Silva Gomes, 50 - Granja dos Cavaleiros - CEP: 27930-560 - Macaé – RJ; NUPEM – localizado na Av. São José do Barreto s/n (atrás do Centro de Convenções) - São José do Barreto - CEP 27965-045 - Macaé – RJ;		
Responsável	Diego Gonçalves de Andrade		
Telefone	(22) 2141-4006	E-mail:	biossegufjmacae@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

10.3. Lista de Responsáveis por Unidade Endereço UASG 155766:

Unidade:	Campus UFRJ-Duque de Caxias Professor Geraldo Cidade - Universidade Federal do Rio de Janeiro		
Endereço:	Rod. Washington Luiz, n.19593, km 104,5 (sentido centro RJ) Santa Cruz da Serra, Duque de Caxias, Rio de Janeiro		
Responsável	Leonardo de Castro Palmieri		
Telefone		E-mail:	palmieri@caxias.ufrj.br

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.11. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, apenas para a etapa de tratamento e destinação final dos resíduos;
- 13.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica e licenças ambientais necessárias para a execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 13.4. É de inteira responsabilidade da Contratada todas as despesas adquiridas com a subcontratação do serviço, bem como multas emitidas pelos poderes públicos por infrações legais vigentes e tudo mais que implique em despesas decorrentes da subcontratação do serviço, ficando responsável por quaisquer danos ou prejuízos por ventura causados a terceiros.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 15.13.1. A ORDEM DE SERVIÇO poderá ser encaminhada à CONTRATADA por meio eletrônico (e-mail) e o prazo para retirada dos resíduos passará a contar após a confirmação de recebimento deste por parte da CONTRATADA.
- 15.13.2. Após o recebimento da ORDEM DE SERVIÇO (OS) por parte da CONTRATADA passará a correr os prazos especificados no item 16.2.1. do presente termo de referência.
- 15.13.3. Após a pesagem do material à ser retirado deverá ser informado no campo pertinente da via da ORDEM DE SERVIÇO (OS) o peso do material retirado para fins de complementação dos dados da OS.
- 15.13.4. Utilizar-se do Procedimento de **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, anexo, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos.
- 15.13.5. Executar a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados bem como aqueles não aprovados por inconformidade aos padrões estabelecidos pelo IMR, desde que por motivos imputáveis à Contratada, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.
- 15.13.6. Somente haverá a liberação do faturamento após a apresentação do Certificado de Destinação de Resíduos;
- 15.13.7. Deverá ser encaminhado, para ao Pró-Reitoria de Gestão e Governança, Divisão de Fiscalização de Contratos, pelo Fiscal Operacional os seguintes documentos:
 - 15.13.7.1. Instrumento de Medição de Resultado devidamente preenchida e assinada;
 - 15.13.7.2. Nota Fiscal com o devido Atesto e Visto;
 - 15.13.7.3. Cópia do Certificado de Destinação de Resíduo;
 - 15.13.7.4. Cópia da Ordem de Serviço que originou o descarte;
- 15.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo 1, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
 - a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 16.2.1. Pontualidade e cumprimento dos prazos estabelecidos para retirada dos resíduos:
 - 16.2.1.1. 03 (três) dias úteis para retiradas normais e;
 - 16.2.1.2. 24 (vinte e quatro) horas para retiradas emergenciais;
- 16.2.2. A adequação do meio de transporte para remoção dos resíduos a tonelage (massa) estimada pela CONTRATANTE para a operação de descarte do conjunto de Unidades;
- 16.2.3. O fornecimento do certificado de destinação final para os resíduos removidos de cada Unidade, em atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010;
- 16.2.4. Demais parâmetros mínimos estabelecidos no ANEXO 1 denominado instrumento de medição de resultado (IMR) presente neste instrumento;

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 17.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
 - 17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - 17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
 - 17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - 17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
 - 17.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 - 17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 18.5.5. o valor a pagar; e
- 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

- 18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

- 20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Manter registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, ou no Conselho Regional de Química - CRQ ou no Conselho Regional de Biologia - CRBio do profissional alocado pela CONTRATANTE como responsável técnico, comprovando a vinculação profissional permanente do referido profissional com a CONTRATANTE, em atendimento o artigo 17 da Resolução CONFEA nº. 218/73, a Resolução CONFEA nº. 218/73 e a Resolução Normativa CRQ n. 36/74;
 - 22.3.2. Possuir Cadastro Técnico Federal expedido pelo IBAMA que comprove a autorização para transporte, tratamento e destinação de resíduos perigosos, em atendimento a Instrução Normativa 10, de 27 de maio de 2013 do IBAMA;
 - 22.3.3. Possuir Licença de Operação expedida pelo INEA para o manuseio, classificação, acondicionamento e processamento de resíduos químicos, atendendo ao Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAM), instituído pelo Decreto Estadual nº 42.159, de 2 de dezembro de 2009, e alterado pelo Decreto Estadual nº 44.820, de 2 de junho de 2014;
 - 22.3.4. Possuir Licença de Funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal, relacionada a atividades com produtos químicos controlados, em atendimento a Lei 10.357 de 27 de dezembro de 2001 em seu artigo 5º e a Portaria do Ministério da Justiça 1.274, de 25 de agosto de 2003 art. 2º, § 1º ;
 - 22.3.5. Possuir Certificado de Funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros relacionado ao Tratamento e disposição de resíduos perigosos, em atendimento ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (CoSCIP) que é estabelecido pelo Decreto nº 897 de 21 de setembro de 1976 e legislações complementares.
 - 22.3.6. A contratada deve possuir cadastro no sistema da Polícia Federal a fim de realizar o transporte e a destinação ou a destruição dos resíduos controlados atendendo as orientações da Portaria nº 240/2019.
 - 22.3.7. A contratada deverá apresentar todos os procedimentos para o descarte de produtos controlados pelo Exército Brasileiro.
 - 22.3.8. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 22.3.8.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:
 - 22.3.8.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

havendo obrigatoriedade ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

- 22.3.8.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 22.3.8.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 22.3.8.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.3.8.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.3.9. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável
- 22.3.9.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

22.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- 22.1.1. Valor Global: R\$ 784.560,00 (setecentos e oitenta quatro mil quinhentos e sessenta reais) para o ITEM 1.

22.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1. O custo estimado da contratação é R\$ 784.560,00 (setecentos e oitenta quatro mil quinhentos e sessenta reais) anuais.

Rio de Janeiro 24 de janeiro de 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 1

INSTRUÇÕES GERAIS – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 Fica estabelecido entre as partes o presente Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2 A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3 As situações abrangidas pelo IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.
- 1.4 A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA;

2 DOS PROCEDIMENTOS

- 2.1 O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.
- 2.2 Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.
- 2.3 A notificação quanto a existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.
- 2.4 Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;
- 2.5 O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.
- 2.5.1 Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação.
- 2.6 Após o recebimento do serviço, em até cinco dias úteis, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação do serviço (IMR).
- 2.7 A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do IMR.
- 2.8 O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.
- 2.9 Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a esta o termos de avaliação (IMR) produzido no período, a ordem de serviço a que se relaciona juntamente com o **CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUO** e os encaminhará para pagamento junto à DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA. **A falta de qualquer um dos documentos mencionados no presente parágrafo inviabilizará o pagamento.**

3 DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

- 3.1 O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.
- 3.2 As ocorrências são dispostas em três níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo.

OCORRÊNCIAS	Valor da infração
-------------	-------------------


UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

<p>Ocorrências tipo 01 = Situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória, tais como:</p> <p>a) atraso no cumprimento de obrigações relativas ao serviço; b) serviços executados de maneira relapsa ou descuidada; c) conduta inadequada; d) empregado sem uniforme, identificação, equipamento, máquina ou utensílios de uso obrigatório.</p>	01 ponto
<p>Ocorrências tipo 02 = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço, tal como:</p> <p>a) não cumprimento de obrigações relativas ao serviço após reiterada solicitação para fazê-lo; b) ausência de material ou equipamento necessário para o cumprimento da atividade;</p>	02 pontos
<p>Ocorrências tipo 03 = Situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço e comprometem a rotina ou o patrimônio da Instituição, tais como:</p> <p>a) reiteradas danificações do patrimônio; b) conduta perigosa que ponha em risco a segurança de terceiros; c) empregados desguarnecidos de equipamentos de proteção individual;</p>	03 pontos

Faixas de Ajuste de Pagamento:

Conceito	Porcentagem do Faturamento a ser pago após média apurada	Nota Média Mensal Apurada
A	100%	0 e 1 ponto
B	98%	2 pontos
C	95%	3 pontos
D	92%	4 pontos
E	90%	5 pontos
F	88%	6 pontos
G	85%	7 pontos
H	82%	8 pontos
I	80%	9 pontos ou mais

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO <i>PRÓ-REITORIA DE GESTÃO E GOVERNANÇA - PR6</i> INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO										
CONTRATO Nº 1										Data:	
UNIDADE: 1											
CONTRATADA: 1											
FISCAL OPERACIONAL:		1									
FISCAL ADMINISTRATIVO:		1									
AVALIAÇÃO REFERENTE A OS EMITIDA EM:											
(*) Atribuir nota somente no caso de ocorrência da infração											
OCORRÊNCIAS TIPO 1				Valor da Infração	Nota Atribuída (*)						
Atraso no cumprimento de obrigações relativas ao serviço;				1		Nota Não Atribuída					
Serviços executados de maneira relapsa ou descuidada;						Nota Não Atribuída					
Conduta inadequada;						Nota Não Atribuída					
Empregado sem uniforme, identificação, equipamento, máquina ou utensílios de uso obrigatório.						Nota Não Atribuída					
TOTAL					0						
OCORRÊNCIAS TIPO 2				Valor da Infração	Nota Atribuída (*)						
Não cumprimento de obrigações relativas ao serviço após reiterada solicitação para fazê-lo				2		Nota Não Atribuída					
ausência de material ou equipamento necessário para o cumprimento da atividade						Nota Não Atribuída					
TOTAL					0						
OCORRÊNCIAS TIPO 3				Valor da Infração	Nota Atribuída (*)						
Reiteradas danificações do patrimônio				3		Nota Não Atribuída					
Conduta perigosa que ponha em risco a segurança de terceiros						Nota Não Atribuída					
Empregados desguarnecidos de equipamentos de proteção individual						Nota Não Atribuída					
TOTAL					0						
NOTA FINAL (somatório das notas totais para os grupos 1, 2 e 3)						0,00	A	Conceito			
Valor por Kg Contratado											
Número de KG Retirados na OS avaliada											
Conceito Atribuído pelo avaliador A											
% do Faturamento a ser liberado 100											
Valor do serviço sem aplicação de ajuste R\$ -											
Valor RETIDO pela aplicação de ajuste da ANS R\$ -											
Valor Liberado pela Fiscalização para emissão de Nota Fiscal após avaliação R\$ -											
pág 1/2											
Fiscal Operacional		Fiscal Administrativo		Gestor PR-6		Responsável da Contratada					

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Julho/2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 2 – ORDEM DE SERVIÇO

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
ORDEM DE SERVIÇO PARA RETIRADA DE RESÍDUOS QUÍMICOS			
Data da Emissão		00/01/1900	Numero de Controle
Unidade:			
Fiscal de Contrato:			
Telefone:		Email:	
A Universidade Federal do Rio de Janeiro, solicita a retirada dos resíduos químicos da Unidade acima identificada dentro dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de licitação e no contrato de prestação de serviços.			
Empresa Contratada:			
CNPJ:		Contato:	
Telefone:		Email:	
Local da Retirada (nome/endereço/localização)			
Instruções e Observações			
Assinatura do Fiscal de Contrato <i>ou carimbo</i>		Assinatura da Contratada (para o caso de envio por email favor anexar o mesmo a esta os)	

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
ORDEM DE SERVIÇO PARA RETIRADA DE RESÍDUOS QUÍMICOS			
Data da Emissão		00/01/1900	Numero de Controle
Unidade:		0	
Fiscal de Contrato:		0	
Telefone:	0	Email:	0
Empresa Contratada:		0	
CNPJ:	0	Contato:	0
Telefone:	0	Email:	0
Observações			
Data da Retirada	01/01/2014	Peso do Material Retirado	
Retirada nº		do	
		ano de contrato	
Assinatura do Fiscal de Contrato <i>ou carimbo</i>		Assinatura da Contratada	

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 3

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

À _____

Ref: Pregão nº ____/20__

Prezados Senhores,

A **[Licitante – nome – sede – CNPJ]**, por seu representante legal abaixo assinado **[nome, profissão, domicílio, CPF e RG]**, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços objeto do referido Pregão, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA e na minuta de CONTRATO.

Rio de Janeiro, _____ de _____ 20__

[assinatura do representante legal]

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

(Decreto nº 7.203/2010 / Súmula Vinculante nº 13/STF)

Eu, _____, CPF _____, candidato a contratação pela empresa _____, CNPJ _____, para o posto de trabalho de _____, para prestação de serviços na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, objeto do pregão nº ____/20__ e do Contrato nº ____/20__,

DECLARO, para fins do disposto no Decreto nº 7.203/2010, de 04 de junho de 2010, e na Súmula Vinculante nº 13/2008, publicada pelo Supremo Tribunal Federal:

(☐) **NÃO POSSUIR** cônjuge, companheiro ou parentes^(*) que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e em suas Unidades vinculadas.

(☐) **POSSUIR** cônjuge, companheiro ou parentes^(*) que sejam agentes políticos ou exerçam cargo comissionado ou função de confiança na UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO e em suas Unidades vinculadas. (Neste caso deve ser preenchida a tabela abaixo)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Preencher o nome do cônjuge, companheiro ou parente, o grau de parentesco, o local e o cargo onde trabalha.

NOME: _____ Grau de Parentesco _____

_____ Cargo: _____ Lotação _____

Por ser verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a declaração falsa está sujeita às penalidades previstas em lei.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20__.

^(*) Para os fins desta declaração, consideram-se parentes:

- parente em linha reta até o terceiro grau (pai e mãe, filho e filha, avô e avó, bisavô e bisavó).
- parente colateral até o terceiro grau (irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha).
- parente por afinidade até o terceiro grau (cunhado(a), sogro(a), enteado, genro e

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

nora, padrasto e madrasta do cônjuge, pais dos sogros, filhos do enteado, bisneto e bisneta do cônjuge).

Embasamento Legal:
Súmula Vinculante nº 13, publicada pelo STF: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”.
- Código Penal – Falsidade Ideológica “Art.299 omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 01(um) a 05 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa se o documento é particular. Parágrafo Único: se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte”.
- DECRETO nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010 Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7203.htm